

XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 5 – Política e Economia da Informação

DESINFORMAÇÃO E OPACIDADE NA ESTRATÉGIA NEGACIONISTA DO GOVERNO BOLSONARO

DISINFORMATION AND OPACITY IN THE BOLSONARO GOVERNMENT'S DENIALIST STRATEGY

Juliano da Silva Borges– Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)¹

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: A pesquisa busca investigar os nexos entre as ações do governo Bolsonaro nos campos da informação e da comunicação social tomando o conceito de negacionismo como elemento de conexão e sustentação ideológica. Argumentamos que o negacionismo ofereceu fundamentação moral e política a uma práxis desinformativa, permitindo uma articulação entre mudanças de tratamento pretendidas para as informações públicas os conteúdos e discursos difundidos pela comunicação política do presidente.

Palavras-chave: Negacionismo. Desinformação. Bolsonaro.

Abstract: The research seeks to investigate the links between the actions of the Bolsonaro government in the fields of information and social communication, taking the concept of denialism as an element of connection and ideological support. We argue that denialism offered a moral and political foundation to a disinformation practice, allowing an articulation between changes in the intended treatment of public information and the content and discourses disseminated by the president's political communication.

Keywords: Denialism; Disinformation; Bolsonaro.

1 INTRODUÇÃO

A eleição à presidência da República de Jair Bolsonaro significou uma mudança em vários padrões verificados desde o período da redemocratização pós-1988 no funcionamento das instituições públicas brasileiras. O governo Bolsonaro promoveu diversas reorientações sobre critérios e objetivos das instituições públicas nacionais, em consonância política e ideológica com forças ultraconservadoras que ascendem ao poder em outros

¹ Pesquisa financiada com recursos da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

países a partir de 2010 (com destaque para Donald Trump nos Estados Unidos em 2016). A despeito de sua heterogeneidade, esses governos compartilham o negacionismo, em suas diversas vertentes, como fundamento ideológico comum a sustentar seus métodos de comunicação política. Estes métodos, por sua vez, são tributários da forma como a informação pública é tratada pela ultradireita contemporânea (Haggard, Kaufman, 2021; Michener, 2023).

A investigação proposta busca identificar os nexos entre as ações governamentais no campo da informação tomadas durante a administração Bolsonaro (2019-2022) e sua política de comunicação, mobilizando o conceito de negacionismo como elemento de articulação e de sustentação ideológica entre os dois campos. A pesquisa toma como ponto de partida as especificidades do regime de informação vigente e suas formas contemporâneas (Frohmann, 1995; Braman, 2004; González de Gómez, 2002), marcado pela dominância crescente de infra-estruturas digitais oligopólicas e globais e de como isto afeta a configuração de uma ordem sociocultural e política própria (González de Gómez, 2012).

Neste contexto, o negacionismo é o fundamento ideológico que permite que processos desinformativos sirvam à comunicação política da extrema direita com suas bases e com a sociedade em geral. Ele se define como categoria ideológica que orienta um conjunto de práticas coletivas de negação da realidade concreta e de consensos científicos. O negacionismo é praticado intencionalmente por grupos políticos com o intuito de produzir e disseminar dúvidas por meio de processos desinformativos de maneira estratégica e organizada (Oreskes; Conway, 2020). Essas ações visam promover e legitimar entendimentos que recusam a verdade para substituí-la por visões alternativas adequadas aos interesses econômicos, políticos e ideológicos desses mesmos grupos (Ratton, 2022).

A tática consiste em produzir e disseminar desinformação em meios de comunicação, sobretudo em plataformas digitais, explorando a lógica de retroalimentação dos algoritmos que regem os fluxos de informação nessas estruturas (Empoli, 2019). O objetivo é aumentar a visibilidade desses conteúdos em diversos segmentos da sociedade, provocando medo, desconfiança e dúvida, e dissipar, assim, as diferenças entre o conhecimento científico, a verdade factual e meras opiniões enviesadas (Brisola; Bezerra, 2018; HLEG, 2018).

As tecnologias de informação e de comunicação desempenham, portanto, um papel importante neste circuito, pois fornecem um espaço aberto para a disseminação de discursos de ódio, teorias conspiratórias, excitação emocional, produção de suspeitas e de

divisionismos. Esse quadro que contribui para a desconfiança geral nas instituições, com sérios riscos para a ciência e a própria democracia (Kropf, 2022).

Argumentamos, então, que o negacionismo sustenta e orienta práticas de comunicação política desinformativas, articuladas, por sua vez, com um conjunto de ações concretas no campo da informação. O negacionismo é, portanto, categoria necessária para a compreensão da dinâmica entre as estratégias de comunicação e a política de informação e arquivo executada durante o governo Bolsonaro. Considerando isso, a pesquisa investiga os efeitos da triangulação entre o negacionismo como um elemento de orientação ideológica de ações governamentais no campo da informação, por um lado, e sua comunicação social, por outro.

De fato, o governo Bolsonaro se notabilizou por uma mudança substancial na produção e na publicização de dados públicos. Na prática, essas ações fomentaram escassez de registros; interposição de barreiras ao acesso a informações públicas; além de distorções e omissões quando da publicização de dados. Em seu governo, a informação deixou de servir como base para o desenho e o aprimoramento de políticas públicas, dentro da concepção de políticas públicas baseadas em evidências (Parkhurst, 2017). Tampouco esteve afinada com a Política Nacional de Dados Abertos, lançada em 2016, que preconiza o princípio da transparência como seu elemento central. Uma série de medidas concretas tomadas durante o governo Bolsonaro aponta uma conexão entre ações de comunicação e a tentativa de estabelecer uma nova política de informação no âmbito federal. Essa nova política se expressou por meio de ações legislativas e administrativas concretas, com especial efeito sobre o acesso à informação e a gestão de arquivos. Além disso, intervenções de caráter político foram realizadas em instituições que produzem e disponibilizam dados públicos (no Arquivo Nacional; no Ministério da Saúde, via Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde (DataSUS); no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), notadamente). Ainda que finalmente não tenham sido realizadas por uma série de resistências que a pesquisa busca identificar, as ações do governo Bolsonaro no campo da informação contribuíram para a política de comunicação social do governo.

A hipótese deste trabalho sustenta que o negacionismo ofereceu ao governo Bolsonaro fundamentação moral e política à sua práxis, permitindo uma articulação da mudança no tratamento conferido às informações públicas com os conteúdos difundidos em

sua comunicação política, publicada tanto por canais oficiais do governo (principalmente na internet), como também pelos perfis do próprio presidente da República em plataformas digitais. Isso significará, antes de tudo, a negação do princípio da transparência pública por meio do fomento à escassez de registros, imposição de barreiras de acesso à informação pública e ataques a instituições responsáveis pela produção e armazenamento de dados, já que a promoção de opacidade é componente essencial da estratégia negacionista (Oreskes; Conway, 2020).

Em relação à nova política informacional do governo federal, isso se traduziu, na prática, em um conjunto de ações que se desenvolveram em dois níveis distintos, porém interrelacionados, e que esta pesquisa pretende estudar de forma particularizada.

No nível legislativo, por meio de quatro decretos presidenciais (9.690/19; 9.759/19; 9.759/19 e 10.148/19) e uma medida provisória (MP928/20), que pretenderam permitir o aumento da quantidade de informações classificadas; redução de transparência pública; e enfraquecimento da política federal de gestão de documentos e arquivos.

No nível político-administrativo, as ações promoveram alteração de critérios de arquivamento de documentos; ampliação do número de documentos considerados classificados e imposição de sigilos; ataques à Lei de Acesso à Informação; além do uso da Lei Geral de Proteção de Dados como justificativa indevida para opacidade de dados. O governo ainda estabeleceu medidas de restrição à produção de informação (cortes orçamentários de 97% para a realização do censo demográfico de 2020 (Amorim, 2021) e de 58% no DataSUS (Mali, 2022), por exemplo, e de deslegitimação de instituições produtoras de dados (IBGE (Trisotto, 2021) e INPE (Oliveira, 2021), sobretudo).

Em relação à estratégia de comunicação política do governo, que se confunde desde o início com a comunicação pessoal do presidente na internet, a pesquisa pretende analisar os perfis de Jair Bolsonaro nas principais plataformas digitais por ele utilizadas, a saber: Instagram (@jairmessiasbolsonaro); Facebook; Twitter (@jairbolsonaro); e YouTube (jbolsonaro). Em paralelo, serão também observados canais oficiais de órgãos de governo, como o perfil da Presidência da República (@presidencia_BR) e a Secretaria de Comunicação Social da Presidência (@secomvc), de forma a avaliar seus pronunciamentos oficiais e públicos.

O trabalho pretende compreender como a redução da quantidade e da qualidade de dados abertos, durante o governo Bolsonaro, contribuiu para fins instrumentais em dois

sentidos: na redução de danos reputacionais pelo governo, visando melhores índices de aprovação popular; e na ocultação de responsabilidades civis e penais, particularmente sensíveis nas gestões da economia (IBGE), da pandemia do coronavírus (DataSUS) e nas temáticas ambientais (INPE).

2 DESENVOLVIMENTO

A pesquisa foi concebida para ser desenvolvida em três etapas, organizadas em blocos diferentes de trabalho. Na primeira etapa, um levantamento e estudo bibliográfico de trabalhos que articulam o tema da desinformação com o conjunto de práticas negacionistas, tanto em nível mais abrangente, quanto relacionados com a realidade nacional durante a administração Bolsonaro. Nesta etapa estão previstas entrevistas com agentes públicos e da sociedade civil vinculados às políticas de arquivo, transparência de dados e acesso à informação. A segunda etapa do trabalho é dedicada à compilação e análise das medidas legislativas, administrativas e políticas tomadas entre janeiro de 2019 e dezembro de 2022 relacionadas às modificações nas formas de produção, arquivamento e acesso a informações e dados públicos.

No terceiro momento, a compilação e análise dos discursos proferidos e das mensagens emitidas nos perfis pessoais de Jair Bolsonaro em plataformas digitais selecionadas (Twitter, Facebook, Instagram e Youtube), entre janeiro de 2019 e dezembro de 2022, cotejando-as com a comunicação oficial de órgãos governamentais (Presidência da República e Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de pesquisa está organizado para a produção de um *corpus* composto por quatro blocos de temas e aspectos relacionados às interações entre os campos da informação e da comunicação durante o governo Bolsonaro. No primeiro bloco, a identificação de nexos entre ações de fundo negacionista manifestadas na política informacional da administração Bolsonaro (opacidade, falta de transparência e aumento de informações classificadas) e os discursos e mensagens difundidos pela sua comunicação política, confirmando a interdependência entre essas três esferas (ideológica, informacional e comunicativa).

A segunda parte, de construção de um conjunto organizado de dados relativos aos mecanismos legislativos, normativos e administrativos utilizados pela administração Bolsonaro para modificar a gestão da informação pública (produção, controle, acesso e armazenamento de documentos). A terceira parte contempla a sistematização da dinâmica da comunicação política do governo Bolsonaro, considerando os fluxos informativos em plataformas digitais pessoais (oficiosas) e de governo (oficiais).

O quarto bloco se dedica à caracterização dos discursos de justificação das decisões políticas da administração Bolsonaro nas áreas da Saúde; Meio Ambiente e Economia, considerando o tratamento conferido a órgãos estratégicos de produção de informações públicas (DataSUS; INPE; e IBGE, respectivamente).

REFERÊNCIAS

AMORIM, Daniela. IBGE diz que valor previsto no Orçamento não é suficiente para fazer Censo. **UOL**, 31 ago. 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2021/08/31/ploa-nao-traz-valor-suficiente-para-atender-parametros-para-o-censo-diz-ibge.htm>. Acesso em: 25 abr. 2024.

BRAMAN, Sandra. The emergent global information policy regime. In Sandra Braman (Ed.), **The emergent global information policy regime**, pp. 12-37. Houndsmills, UK: PalgraveMacmillan, 2004.

BRISOLA, Anna; BEZERRA, Arthur. Desinformação e circulação de “fakenews”: distinções, diagnóstico e reação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais [...]** Londrina: UEL, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/102819>. Acesso em: 23 maio 2024.

EMPOLI, Giuliano Da. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2019.

FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond information science: applying the actor network theory. **23rd Annual Conference of the Canadian Association for Information Science**, 7–10 de Junho, 1995, Edmonton, Alberta.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan/abr 2002.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, 2012.

HAGGARD, Stephan, KAUFMAN, Robert. **Backsliding**: Democratic regress in the contemporary world. Cambridge University Press, 2021.

HIGH LEVEL EXPERT GROUP ON FAKE NEWS AND ONLINE DISINFORMATION (HLEG). **A multidimensional approach to disinformation**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2018. Disponível em: <https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/library/final-report-high-level-expert-group-fake-news-and-online-disinformation>. Acesso em: 23 abr. 2024.

KROPF, Simone Petraglia. Negacionismo científico. In:SZWAKO, José; RATTON, José Luiz (org.). **Dicionário dos negacionismos no Brasil**. Recife: CEPE, 2022.

MALI, Tiago. Apagão de dados: governo cortou gasto do DataSUS pela metade. **Poder360**, 3 fev. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/apagao-de-dados-governo-cortou-gasto-do-datasus-pela-metade/>. Acesso em 25 abr. 2024.

MICHENER, Gregory. Transparency versus populism. **Administration& Society**, v. 55, n. 4, p. 671-695, 2023. Disponível em:<https://doi.org/10.1177/00953997221147227>. Acesso em 2 abr. 2024.

OLIVEIRA, Joana. Governo Bolsonaro enfraquece o INPE e retira do órgão divulgação sobre dados de queimadas. **El País**, 13 jul. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-13/governo-bolsonaro-enfraquece-o-inpe-e-retira-do-orgao-divulgacao-sobre-dados-de-queimadas.html>. Acesso em: 25 abr. 2024.

ORESQUES, Naomi; CONWAY, Eric M. **Mercaderes de la duda**. Madri: Capitán Swing, 2020.

PARKHUST, Justin. **The politics of evidence: from evidence-based policy to the good governance of evidence**. Londres: Routledge, 2017.

RATTON, José Luiz. Negacionismo. **Dicionário dos negacionismos no Brasil**. In: SZWAKO, José; RATTON, José Luiz (org.). Recife: CEPE, 2022.

TRISOTTO, Fernanda. Citando dados errados, Bolsonaro critica IBGE e volta a colocar em dúvida estatísticas de desemprego. **O Globo**, 9 abr. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/emprego/citando-dados-errados-bolsonaro-critica-ibge-volta-colocar-em-duvida-estatisticas-de-desemprego-24962630>. Acesso em: 4 jun. 2024.